



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2016

I. Introdução

Nos termos das funções que nos estão atribuídas enquanto Fiscal Único e com vista a dar cumprimento ao disposto na alínea b) no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto (Estatutos da Autoridade da Concorrência), apresentamos o nosso parecer sobre o plano de atividades e a proposta de orçamento para o exercício de 2016 da **Autoridade da Concorrência (AdC)**, incluindo: Orçamento da Receita Efetiva (11.116.236 euros) e Orçamento da Despesa Efetiva (10.221.011 euros), Balanço Previsional (que evidencia um total do Ativo de 11.351.795 euros, um total do Capital Próprio de 9.442.711 euros e um total de Passivo de 1.909.085 euros) e Demonstração de Resultados Previsional (Resultado líquido do período de 547.952 euros).

II. Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do plano de atividades e a apresentação da proposta de orçamento, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

A nossa responsabilidade consiste em analisar o plano de atividades e verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos na proposta de orçamento acima referido, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.



III. Âmbito

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação do plano de atividades e a informação previsional contida na proposta de orçamento anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre o plano de atividades e a proposta de orçamento.



IV. Análise do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento para 2016

O Orçamento da Receita e da Despesa encontra-se detalhado no quadro seguinte:

RCE	Designação	Estimativa 2015	Proposta orçamento 2016	Variação face a estimativa	
				Valor	%
R.01	Impostos diretos		0	0	
R.02	Impostos indiretos		0	0	
R.03	Contribuições de Segurança Social		0	0	
R.04	Taxas, multas e outras penalidades	1 120 257	977 629	-142 628	-13%
R.05	Rendimentos de propriedade	10 348	21 434	11 086	107%
R.07	Venda de bens e serviços	16 500	0	-16 500	-100%
R.06 + R.10	Transferências	9 475 592	10 117 173	641 581	7%
R.08 + R.09 + R.13 + R.14 + R.15	Outras receitas	30	0	-30	-100%
R.11 + R.12	Ativos/Passivos Financeiros		0	0	
R.16	Saldo da gerência anterior	4 849 613			
R.99	Transferencia Receitas Gerais		0	0	
	Total Receita	15 472 340	11 116 236	493 509	3%
D.01	Despesas com o pessoal	5 617 660	7 039 717	1 422 057	25%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	4 493 513	5 676 958	1 183 445	26%
D.01.02	Abonos Variáveis ou eventuais	64 422	53 504	-10 918	-17%
D.01.03	Segurança Social	1 059 725	1 309 255	249 530	24%
D.02	Aquisição de bens e serviços	1 820 020	2 858 610	1 038 590	57%
D.03	Juros e outros encargos	450	900	450	100%
D.04 + D.08	Transferências		0	0	
D.05	Subsídios		0	0	
D.07	Investimento	267 158	297 334	30 176	11%
D.06 + D.11	Outras despesas	1 173	24 450	23 277	1984%
D.09 + D.10	Ativos/Passivos Financeiros		0	0	
	Total Despesa	7 706 461	10 221 011	2 514 550	33%

Ao nível da Receita, que aumenta 3% face à estimativa do exercício de 2015, salienta-se o aumento das Transferências em 641.581 euros, rubrica esta que respeita essencialmente às prestações das entidades reguladoras setoriais, em conformidade com o artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência, e recebimentos referentes a projetos financiados por fundos comunitários cuja execução se prevê iniciar em 2016.

A variação face a 2015 das prestações das entidades reguladoras setoriais respeita à alteração dos valores comunicados por cada entidade reguladora para o ano de



2016, facto este decorrente do cálculo previsto no normativo acima indicado resultar da aplicação de taxa única ao montante total das receitas próprias no último exercício encerrado.

Ao nível da Despesa, que aumenta 33% face à estimativa do exercício de 2015, salientam-se os aumentos nas despesas com pessoal (1.422.057 euros) e nas aquisições de bens e serviços (1.038.590 euros).

A rubrica de despesa com o pessoal apresenta um incremento face à expectativa de concretização de variação no número de funcionários da AdC, conforme se pode constatar no Anexo II-A, encontrando-se em fase de aprovação pela Tutela o Mapa de Pessoal anexo à proposta de Orçamento para o ano de 2016.

O aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços justifica-se essencialmente pelo início de execução do Projeto Avaliação de Impacto Concorrencial de Políticas Públicas que foi submetido e aprovado, em candidatura ao SAMA 2020 (Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública), e pela realização de despesas no âmbito da organização da Conferência ICN 2017.



Demonstração de Resultados Previsional

RENDIMENTOS E GANHOS	PERÍODOS		
	2016 Previsão	2015 Estimativa	2014 Real
Vendas e prestações de serviços		14 726	
Impostos e taxas	977 629	5 170 855	810 357
Subsídio à exploração			93 911
Fornecimentos e serviços externos	-2 732 842	-1 600 000	-1 712 829
Gastos com o pessoal	-7 165 485	-5 589 296	-6 151 439
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	1 254 695	3 722 845
Outros rendimentos e ganhos	9 815 331	9 537 256	5 627 936
Outros gastos e perdas	-25 350	-6 413 636	-1 763 637
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	269 393	2 374 599	327 144
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-321 331	-278 301	-264 856
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-54 938	2 096 298	62 288
Resultado antes de impostos	-54 938	2 096 298	62 288
Resultado líquido do período	-54 938	2 096 298	62 288

Da análise da Demonstração de Resultados Previsional salientam-se os aumentos nos gastos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal, cujas justificações se encontram em conformidade com o enunciado na análise da Despesa, e as diminuições nas rubricas de Impostos e Taxas, Imparidades de dívidas a receber e Outros gastos e perdas.

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos respeita majoritariamente às prestações das entidades reguladoras setoriais, em conformidade com o artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, cujo aumento decorre, tal como mencionado anteriormente na análise da Receita, do cálculo resultar da aplicação de taxa única ao montante total das receitas próprias no último exercício encerrado.

Os montantes previstos nas rubricas de Impostos e Taxas, Imparidades de dívidas a receber e Outros gastos e perdas no exercício de 2015 respeitam essencialmente aos efeitos contabilísticos das coimas, nomeadamente o reconhecimento do rendimento decorrente de decisão condenatória, o registo da imparidade de dívida a



receber aquando da contestação da coima pela entidade visada e a reversão da imparidade de dívida a receber e consequente registo de dívida incobrável quando existe o recebimento ou redução da coima aplicada, respetivamente. Na elaboração do orçamento para o exercício de 2016 não foram previstos efeitos decorrentes da aplicação de coimas por não existir à data expetativa de decisões neste âmbito.

Balço Previsional

RUBRICAS	DATA		
	31/12/2016 Previsão	31/12/2015 Estimativa	31/12/2014 Real
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	404 024	366 700	316 048
Ativos Intangíveis	326 373	169 073	336 434
	730 398	535 774	652 482
Ativo Corrente			
Cientes, contribuintes e utentes	1 429 144	1 897 994	4 826 793
Outras contas a receber	0	227 563	151 870
Diferimentos	200 000	238 916	203 561
Caixa e depósitos bancários	8 992 254	8 246 557	4 849 613
	10 621 398	10 611 030	10 031 837
TOTAL DO ATIVO	11 351 795	11 146 803	10 684 319
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Resultados transitados	8 887 980	6 791 681	6 429 393
Outras variações no capital próprio	6 780	94 535	188 593
Resultado líquido do período	547 952	2 096 299	362 288
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	9 442 711	8 982 515	6 980 274
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
	0	0	0
Passivo Corrente			
Estado e outros Entes públicos	100 000	91 688	0
Outras contas a pagar	1 809 085	2 072 601	3 704 045
	1 909 085	2 164 289	3 704 045
TOTAL DO PASSIVO	1 909 085	2 164 288	3 704 045
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	11 351 795	11 146 803	10 684 319



A posição financeira estimada para o exercício findo em 2016 não regista variações relevantes face aos montantes estimados em 2015, salientando-se no entanto o seguinte:

- O Ativo não corrente apresenta um aumento de cerca de 200 mil euros, justificado essencialmente pelo investimento previsto no orçamento para 2016 em software e hardware.
- A rubrica de caixa e depósitos bancários regista uma variação de cerca de 700 mil euros que decorre fundamentalmente dos meios libertos líquidos previstos para o exercício de 2016.
- A rubrica de Outras contas a pagar respeita essencialmente à estimativa de remunerações a liquidar em 2017 e ao resultado de 60% das coimas por receber que reverterão para o Estado aquando do seu recebimento pela AdC.

V. Parecer

Em nossa opinião, com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira e orçamental previsional na elaboração dos documentos acima referidos e obtidos da Entidade os esclarecimentos considerados suficientes, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação.

Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

9



Cravo Fortes Antão
& Associados, sroc lda

Finalmente, o Fiscal Único não quer deixar de assinalar que contou com a melhor colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços.

Aveiro, 30 de dezembro de 2015

O Fiscal Único

CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, S.R.O.C., Lda.
Representada por João Paulo Mendes Marques ROC nº 1440

Capital Social Realizado 18.000€ | NIF 502 556 129 | Inscrição na OFOC sob o n.º 87 | Inscrição na CMM, sob o número 2977